

Crise mundial de alimentos

Agricultura familiar é a solução para fome

Os recentes distúrbios ocorridos no Haiti, Egito e Tailândia e os impactos sentidos em vários países pelo aumento do custo da cesta básica são indicadores importantes da gravidade da crise que estamos passando no que se refere a produção mundial de alimentos. Em termos globais, os preços dos alimentos sofreram um aumento médio de 40%. Entre 2006 a 2008, o preço do trigo sofreu uma elevação de 107%, o do arroz 76% e o do milho 38%.

A redução dos estoques internacionais de trigo (-9,9%), milho (-4,8%), soja (-22,0%), são indicadores de que a produção atual – ainda que venha aumentando ano a ano – não tem sido suficiente para atender a demanda mundial por grãos. As causas para esse quadro são múltiplas e vão desde o aumento da demanda internacional por grão até condições climatológicas adversas em países produtores.

Uma das razões centrais para a elevação dos preços dos alimentos está relacionada com o crescimento econômico recente na China, Índia e em diversos outros países, inclusive o Brasil. Com a ampliação do poder aquisitivo, um contingente importante de famílias passaram a consumir mais alimentos, principalmente grãos. Como parte deste mesmo fenômeno, o maior poder de compra torna possível que ocorram mudanças na dieta alimentar dessas populações, com a ampliação do consumo de carnes, por exemplo. Como são necessários vários quilos de grãos para produzir um quilo de carne, a demanda por grãos se amplia.

Soma-se a isso o desestímulo que pode significar o aumento do custo de produção de alimentos, em função do preço do petróleo utilizado para produzir, transportar e armazenar grãos, e a crescente utilização de grãos, como milho e soja, para produção de agrocombustíveis.

Em relação a produção de agrocombustíveis, dados recentemente divulgados por uma organização representante do agronegócio brasileiro, revelam que existem hoje no Brasil 7 milhões de hectares sendo destinados ao plantio da cana-de-açúcar e que até 2015 serão 12 milhões, quase o dobro do atual. Corroborando essas informações, notícias recentes indicam que empresas nacionais e transnacionais estão realizando pesados investimentos no sudeste, centro-oeste e norte do Brasil, na produção tanto de etanol, quanto de biodiesel. Ainda que não se possa avaliar com precisão os impactos provocados por esta atividade, é evidente que os violentos investimentos que vêm ocorrendo na produção de agrocombustíveis vão provocar impactos ecológicos e sociais igualmente violentos. Como exemplo de possível impacto pode ser citada a elevação dos preços do milho, no ano de 2007, no México, Guatemala, EUA, entre outros países vizinhos, em função do aumento da demanda dessa commodity para a produção de etanol.

Sob o aspecto do desenvolvimento humano, o aumento mundial dos preços dos alimentos coloca em risco a segurança e a soberania alimentar de uma parcela significativa da população mundial, comprometendo os poucos avanços conquistados até agora na redução do número de 854 milhões de pessoas que passam fome. Sob este ponto de vista, a crise atual deixa claro o quanto o mundo está vulnerável e quanto os Objetivos do Milênio podem estar comprometidos, inclusive no Brasil, um dos poucos países a cumprir antecipadamente o Objetivo de reduzir em 50% o número de pessoas abaixo da linha da pobreza: de 14 milhões para 7,5 milhões de pessoas..

Mas, ao contrário do que poderia parecer a primeira vista, a resposta para a presente crise não está na simples ampliação da produção global de alimentos. O acesso aos alimentos disponíveis continua sendo uma questão central ainda a ser equacionada, principalmente nos países em desenvolvimento. Com exceção de regiões que passam por catástrofes naturais (maremotos, furacões, enchentes, secas, etc.) revoluções e guerras, parte importante das pessoas que estão na condição de insegurança alimentar no mundo não o estão por falta de alimentos disponíveis mas por falta de recursos (dinheiro, terra e meios de produção) que permitam ter acesso a esses alimentos (adquirir, produzir, trocar).



A chamada “revolução verde”, modelo de produção agrícola difundido pela pesquisa e extensão convencionais, intensivo em capital, baseado na produção em grandes propriedades de monocultivos para exportação, a partir da utilização intensiva de insumos industriais, como adubos químicos, venenos e sementes de alta produtividade, não tem conseguido dar resposta a questão do acesso aos alimentos. Ao contrário, onde o modelo se implantou, o que ocorreu foi aumento da concentração da renda e dos meios de produção, com reflexos significativos na ampliação da insegurança alimentar e nutricional da população pobre. Há inúmeros exemplos de impactos econômicos, sociais e ambientais negativos, substituição das florestas por monocultivos, erosão de solos e assoreamento de rios e lagos, contaminação de águas e alimentos com agroquímicos, empobrecimento dos pequenos produtores e das comunidades que vivem da agricultura familiar.

A revolução realmente necessária no mundo atual é aquela que amplie a produção sustentável e diversificada de alimentos, ao mesmo tempo que facilite o acesso a esses alimentos pela população pobre. A agricultura continua sendo fundamental para o crescimento da economia mesmo em países majoritariamente urbanizados e a agricultura familiar responde por uma parte importante desta contribuição.

Os números da agricultura familiar são impressionantes: dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário apontam que no Brasil existem 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares. A agricultura familiar é responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos consumidos internamente no Brasil, incluindo o auto consumo das famílias camponesas. Os agricultores familiares produzem 24% do VPB da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café.

Com o devido incentivo de crédito, acesso a terras, à tecnologia, aos demais meios de produção e aos mercados, a agricultura familiar pode promover um conjunto de serviços que vão além da produção de alimentos. Sua característica de distribuição de renda e geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham condições de acessar os alimentos. A agricultura familiar pode ainda contribuir com os processos de conservação de solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade, produção de biomassa, cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável.

O conjunto das políticas públicas que afetam a agricultura familiar, desde o financiamento da produção, acesso a tecnologia, política de preços, compra de estoques, etc, devem ser revistas e ampliadas no sentido de analisar em que medida contribuem para garantir as melhores condições para o exercício das múltiplas funções desse setor.

Pode-se afirmar que a agricultura familiar exerce múltiplas funções estratégicas para sociedade e que dar condições aos pequenos agricultores e fortalecê-los enquanto produtores é um caminho possível para se vencer o grave problema do aumento de preços de alimentos em todo o mundo. No passado, continentes inteiros, como a Europa, foram reerguidos do pós-guerra, por exemplo, pelas mãos dos agricultores familiares. Portanto, essa é a resposta sustentável à crise mundial de alimentos.

Celso Marcatto é agrônomo, coordenador de segurança alimentar da ong ActionAid e responsável pela campanha AlimentAÇÃO, uma iniciativa que reúne 40 países na América Latina, África, Ásia e Europa, e que cobra dos governos mundiais ações concretas para o fim da fome no mundo.

